



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

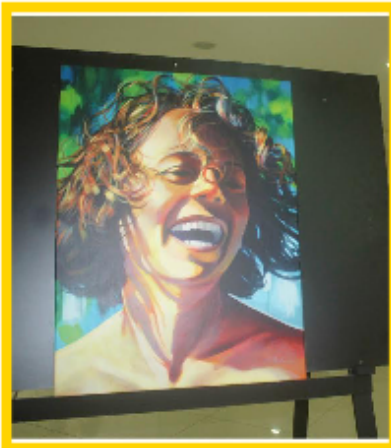
15/03/2017

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. EVENTOS.....	1 - 4
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	5
2.2. VARA CRIMINAL.....	6 - 9
2.3. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	10
3. JORNAL O QUARTO PODER	
3.1. EVENTOS.....	11
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	12
4.2. PRESIDÊNCIA.....	13
4.3. VARA CRIMINAL.....	14 - 16

HOMENAGEM

MOSTRA NO
FÓRUM
PERMANECE
PARA
VISITAÇÃO



CIDADES 4

EXPOSIÇÃO EM CARTAZ NO FÓRUM DE SÃO LUÍS HOMENAGEIA AS MULHERES

A mostra reúne obras de três artistas e vai permanecer até o dia 24 deste mês, aberta para visitação pública

Fica em cartaz até o dia 24 deste mês, na galeria de arte do Fórum Desembargador Sarney Costa (Cachau), a exposição “Impressões de Mulher”, reunindo telas dos artistas plásticos Pascal Bodin, Milton Lozano e Beto Lima. A exposição foi inaugurada no Dia Internacional da Mulher (8 de março), como parte das comemorações promovidas pela instituição.

Os três artistas projetaram nas telas a forma particular de ver a mulher. Ao todo, são 15 quadros, alguns em preto e branco, em várias técnicas. Entre elas, óleo sobre tela. A exposição está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na Galeria Celso Antônio de Menezes, instalada no hall do Fórum. O espaço responsável pela promoção das ações culturais que contemplam as artes em geral (teatro, música, artes plásticas, fotografia).

Pascal Bodin trouxe para essa exposição seis obras, na técnica óleo sobre tela. Nascido, no final dos anos 50, na cidade de Tours (França), depois de várias viagens turísticas ao Brasil o artista escolheu, em 2007, morar na capital maranhense, onde vive até hoje. Estudou na Escola Superior de Design Gráfico e Digital “Ecole Brassar” (França), exercendo a profissão por 25 anos como diretor artístico e ilustrador em agências parisienses. Em 2008, já no Maranhão, decidiu se lançar definitivamente na pintura.



**A MOSTRA QUE HOMENAGEIA AS MULHERES VAI FICAR ABERTA
NO FÓRUM SARNEY COSTA PARA VISTAÇÃO PÚBLICA**

>> Efeito em movimento

Bodin conta que suas primeiras telas foram realizadas com pintura acrílica, em estilo tradicional, realista, com cada cor aplicada em finas camadas sucessivas, com pincel. Somente a partir de 2011 começou a pintura a óleo, líquida e que se torna espessa de acordo com a evolução da tela. “Uma composição gráfica onde as cores têm um lugar importante, um toque de pincel menos preciso, repetitivo, que dá um efeito de movimento”, descreve o autor.

» Impressões de mulher

Já o paulistano Milton Lozano, que mora em São Luís há quase 30 anos, trouxe para a exposição "Impressões de Mulher" sete obras, criadas em superfícies redondas, que são a base dos trabalhos do autor pela aura mística existente nos círculos, além de fugir do convencional. Essa é a segunda vez que ele expõe da galeria de arte do Fórum des. Sarney Costa. Na capital maranhense já expôs suas obras também no Espaço de Arte Márcia Sandes, na Procuradoria Geral de Justiça (Centro); na Assembleia Legislativa do Maranhão (Cohafuma); e no Centro de Memória e Cultural do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (Areinha).

Lozano lembra que começou a desenhar e a pintar ainda na infância, por volta dos sete anos, deslumbrado com os desenhos que via na televisão e procurava reproduzir. Aos 17 anos, mudou-se para a cidade de Ubatuba, no litoral Norte de São Paulo, onde foi pupilo do escultor Pio, com quem aprendeu a fazer entalhe em madeira, criando esculturas com temas do litoral. Já na idade adulta passou a se dedicar à pintura a óleo. Em 1989, mudou-se para o Maranhão, passando trabalhar com a venda de máquinas e implementos agrícolas, em São Luís, e só esporadicamente trabalhava com pintura e escultura. Quando se aposentou, em 2013, passou a se dedicar exclusivamente à arte.

Quem também retornou à galeria de arte do Fórum de São Luís, agora com duas telas em homenagem às mulheres, foi o artista Beto Lima. Sua última exposição no local foi em maio do ano passado, com 16 obras retratando o olhar do artista sobre diversos temas e locais em que esteve ou morou, a exemplo de Veneza e Roma (Itália) e dos municípios maranhenses de Araíoses, sua cidade natal; e São Luís, onde vive desde a adolescência.

Beto Lima, que pinta há mais de 28 anos, expôs pela primeira vez em 2005, na galeria Ambrósio Amorim (Rua Afonso Pena), no Centro Histórico de São Luís, e não parou mais. Ele traz na bagagem várias premiações, como o primeiro lugar no Concurso Literário e Artístico Cidade de São Luís, promovido da Fundação Municipal de Cultura, em 2006; além de menção honrosa no Prêmio de Artes Plásticas Márcia Sandes, em 2007, promovido pelo Ministério Público do Maranhão. Além da Itália, tem trabalhos expostos na Suíça, França, Holanda e Espanha.



Exposição homenageia a mulher

Fica em cartaz até o dia 24 deste mês, na galeria de arte do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a exposição *Impressões de Mulher*, reunindo telas dos artistas plásticos Pascal Bodin, Milton Lozano e Beto Lima. A exposição foi inaugurada no Dia Internacional da Mulher (8 de março), como parte das comemorações promovidas pela instituição. Os três artistas projetaram nas telas a forma particular de ver a mulher. Ao todo, são 15 quadros, alguns em preto e branco, em várias técnicas, entre elas óleo sobre tela. A exposição está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na Galeria Celso Antônio de Menezes, instalada no hall do Fórum.

1 A sentença do juiz Clésio Coelho Cunha, da 7ª Vara Criminal de São Luís, de inocentar Roseana Sarney de suposto desvio de R\$ 1,9 milhão da Saúde para a campanha eleitoral de 2010, abre uma boa discussão para o que ocorre hoje Brasil afora, sobre improbidade e corrupção na gestão pública.

2 O magistrado é didático. Disse ser incorreta a ideia de que o chefe do Executivo, pela posição que ocupa no topo da administração, deve ser responsabilizado pelos atos de seus inferiores hierárquicos. “Pode, do modo como foi proposto (a ação), prestar obséquio à indesejada responsabilização penal objetiva”. A responsabilidade penal pessoal é, portanto, intransferível.

Roseana Sarney no foco da Justiça maranhense

Alvo de ações judiciais decorrentes de atos referentes a seu período como governadora do Estado, ela volta ao noticiário pelos desdobramentos destes processos. Entenda cada um deles

TAYNA ABREU

De volta aos noticiários e páginas de jornal não por motivos de campanha, a ex-governadora Roseana Sarney tem o nome envolvido em dois grandes escândalos de

desvios de verbas públicas das secretarias da Saúde, em 2010, e da Fazenda em 2013. No primeiro, uma sentença sumária, expedida na última segunda-feira, 13, a inocentou das acusações, enquanto pela segunda

na sexta-feira, 10, a política do PMDB teve os bens e contas sequestrados pela Justiça, levantando, neste caso, a suspeita de vazamento de informações privilegiadas após a divulgação de atos processuais.

Caso Saúde

Na segunda-feira, 13, o juiz Clésio Coelho Cunha, da 7ª Vara Criminal, absolveu a ex-governadora, acusada em abril de 2016 de ter desviado verbas para enriquecimento e financiamento de campanhas eleitorais. Segundo o Ministério Público do Maranhão, foram inúmeras irregularidades na construção de 64 hospitais do programa Saúde é Vida, que custaram aos cofres públicos ao menos R\$ 151 milhões. Além da ex-governadora, seu cunhado e ex-secretário de Saúde Ricardo Murad e outras quinze pessoas foram denunciadas.

A denúncia foi oferecida pelo promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa e, segundo ele, a ex-governadora teria cometido os crimes de dispensa ilegal de licitação, fraude a licitação, peculato, falsidade ideológica e associação criminosa. O dinheiro, cerca de R\$ 1,95 milhão, teria financiado tanto a campanha de Roseana, quanto a de seu cunhado, o ex-secretário da Saúde Ricardo Murad, abastecendo seu partido, o PMDB.

À época, foi constatado que as empresas que construíram os hospitais haviam sido contratadas sem licitação e sem exigência de projeto básico de construção, estes apresentados meses depois. Cada leito hospitalar, não levando em conta equipamentos ou camas e colchões, custou mais de R\$ 118 mil.

Agora, em sua decisão, o juiz Coelho Cunha falou sobre "moda" em acusar chefes do Executivo. Para o juiz, Roseana Sarney não apenas é inocente das acusações de fraude, como seria incorreta a ideia de que os chefes de esferas do Executivo tenham de ser responsabilizados pelos atos de seus subordinados. Segundo ele, a acusação do MP é "imprecisa e genérica", já que os contratos usados como prova foram assinados após a então governadora voltar de uma operação em São Paulo. Na decisão, ele escreveu que absolvía "sumariamente a Sra. Roseana Sarney Murad das imputações que lhes foram feitas, na forma do artigo 397 do Código de Processo Penal, por falta de conduta da acusada para o resultado das ações descritas, fls. 02/27, e sem conduta da acusada não há evidentemente como o fato atribuído a ela se constituir crime".

Em nota enviada à imprensa, Roseana declarou ter fé na Justiça divina e que tem a consciência em paz já que, segundo ela, não cometeu nenhum crime. "Essa decisão, embora ocorra depois de uma longa e exaustiva batalha minha, enquanto fui por todo esse tempo pré-julgada e, por muitas vezes, agredida, só renova as minhas forças, a fé na verdade e na Justiça, principalmente a de Deus. Eu reafirmo, como faço em todos os momentos, que a minha consciência está tranquila, pois sempre agi de forma correta e nunca fiz nada que pudesse desabonar a minha conduta como governadora do meu estado", afirmou. A decisão de absolver Roseana Sarney se limita à ex-gestora, permanecendo as investigações e acusações sobre



Roseana teve seu nome tirado dos noticiários políticos para figurar na letra dos processos judiciais



Foi um projeto todo irregular, claramente feito para privação do patrimônio público do Maranhão. (...) Estamos preparados e vamos recorrer

Lindonjonson Gonçalves, promotor, referindo-se à absolvição de Roseana no caso da Saúde

os demais 15 arrolados.

Em entrevista a **O Imparcial**, o promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa declarou que a decisão do juiz causa "perplexidade" e que o trabalho do MP não vai parar. "Dar uma sentença sumária dessas, sem ouvir testemunhas, é um caso de perplexidade. Foi um projeto todo irregular (referindo-se à construção dos hospitais), claramente feito para privação do patrimônio público do Maranhão. Você sabe o que aconteceu com esses hospitais, como eles estão hoje? Eles não funcionam. Estamos preparados e vamos recorrer", afirmou o promotor.

Caso Sefaz

Em novembro de 2016, o Ministério Público do Maranhão apresentou os resultados da Operação Simulacro, que investiga um esquema de fraude na concessão de isenções fiscais pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) a 190 grupos e empresas, que junto com a compra de precatórios poderia ter causado um prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos do Estado. Mais uma vez, a ex-governadora Roseana Sarney Murad foi denunciada.

Além dela, ainda em novembro, foram denunciados o ex-secretário de Estado da Fazenda, Cláudio José Trinchão Santos; o ex-secretário de Estado da Fazenda

e ex-secretário-adjunto da Administração Tributária, Aiko Valente Walkiyama; ex-diretor da Célula de Gestão da Ação Fiscal da Sefaz, Raimundo José Rodrigues do Nascimento; o analista de sistemas Edmilson Santos Ahid Neto; o advogado Jorge Anturo Mendonça Reque Júnior; Euda Maria Lacerda; os ex-procuradores-gerais do Estado, Marcos Alessandro Coutinho Passos Lobo e Helena Maria Cavalcanti Haickel; e o ex-procurador-adjunto do Estado, Ricardo Gama Pestana.

À época, o Ministério Público declarou que o esquema fraudulento foi "aperfeiçoado" em outubro de 2013 com a substituição formal da empresa Auriiga Informática e Serviços Ltda "em um nebuloso processo licitatório" pela empresa Linuxell Informática e Serviços Ltda. "O fato é que a Secretaria da Fazenda pagou ao mesmo tempo duas empresas por um mesmo serviço", disse o promotor Barbosa Ramos durante a coletiva de imprensa em novembro.

Arrolada nas investigações, a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) teve as contas bloqueadas pela Justiça, conforme decisão da juíza Oriana Gomes, da 8ª Vara Criminal de São Luís. Na decisão, a magistrada citou que algumas pessoas insistem em "distorcer direitos coletivos". "O Estado do Maranhão, como ente do Pacto Federativo, tem sofrido constante agressão ao

seu direito de existir e à sua estrutura organizacional. Isto ocorre porque algumas pessoas insistem em distorcer direitos coletivos, inerentes à sociedade como um todo", disse a juíza Oriana Gomes em seu despacho pelo sequestro de contas e bens de Roseana, acolhendo pedido do promotor de Justiça Paulo Roberto Barbosa Ramos, da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica.

A mesma juíza escreveu que "nem sempre é possível localizar o produto furtado ou surripado, para ser devolvido à vítima". Já o advogado Luiz Henrique Machado, representante da ex-governadora, avisou que seria preparado um recurso contra a decisão de sequestro de bens e contas, classificando a decisão da juíza Oriana Gomes como uma "surpresa" e enfatizando que sua cliente "não teria praticado nenhum ato ilícito".

"A decisão nos pegou de surpresa porque nós já apresentamos a defesa prévia. Uma defesa prévia onde desconstituímos por completo qualquer imputação feita pelo Ministério Público referente a desvios de verbas públicas. Meses depois que apresentamos defesa prévia, veio esta decisão de sequestro dos bens. A defesa já está preparando recurso. Vamos apelar da decisão para reverter esse quadro. A governadora Roseana não praticou qualquer ato ilícito. O que mais nos surpreende é o lapso temporal. A denúncia do Ministério Público foi apresentada no ano passado. Já nos manifestamos em sede de defesa prévia, esclarecendo todos os fatos, e somente meses depois a juíza, repentinamente, decreta o sequestro. Fomos pegos de surpresa. Cabe à defesa, agora, utilizar de todos os recursos possíveis para reverter (o bloqueio)", disse o advogado de defesa.

POSSÍVEL QUEBRA DE SIGILO

Após o bloqueio das contas da ex-governadora, na última sexta-feira, 10, rumores deram conta de um possível vazamento de informações sobre os processos envolvendo Roseana Sarney Murad, mas, segundo as Promotorias de Justiça dos dois casos, da Saúde e da Sefaz, não há sigilo sobre os processos, apenas sobre algumas medidas cautelares, como o bloqueio de bens. "O que acontece é que, se não tiver medidas cautelares, quando se for apreender o bem, ele já não existe

mais. Vazamento só ocorre quando se sabe da medida antes de ela ser cumprida, mas, após o cumprimento, já não há mais sigilo sobre ela", contou Bruno Castro, assessor da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Tributária e Econômica. O promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, responsável pela denúncia de desvio de verbas da Saúde, explicou que "não cabe sigilo em processos de interesse público", como são configurados os dois processos contra a ex-governadora.

SEJAP

Após ser solto pela Justiça, bandido volta à cadeia

Antoniél Silva Lima, conhecido como “Cara de Babuino”, foi preso novamente após receber liberação da Secretaria da Justiça da Administração Penitenciária (Sejap). Ele é suspeito por estar envolvido em seis assaltos bancários no Maranhão.

Antoniél foi preso no mês de janeiro após ter sido expedido dois mandados de prisão preven-

tiva pelos juízes das comarcas de Governador Eugênio Barros e São Mateus. No dia 10 deste mês, ele foi solto pela autorização da Seap. Após diligências realizadas pelos investigadores da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), Antoniél foi recapturado na última segunda-feira na Cidade de Governador Archer.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



Desinfetando as contas

Foi preciso o juiz Douglas Martins, um incorrigível cumpridor da lei, bater o pé e mostrar à Câmara Municipal que as contas da Prefeitura de São Luís precisam ser analisadas pelos vereadores. Martins comanda a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital, portanto, uma “malhada” de gado solto, que ele precisa pôr no curral e contar cabeça por cabeça. Sem, logicamente, nada ficar ‘difuso’ – muito pelo contrário.

O magistrado escarafunchou os calhamaços de contas empoeiradas que dormem o sono da preguiça e da lobeira dos vereadores em mexer com coisa trabalhosa. Na esmiuçada, Douglas Martins encontrou contas até de Conceição Andrade, prefeita de São Luís entre 1993/96. Aliás, também, do primeiro mandato de Jackson Lago, eleito em 1994. Tudo acumulando mofo nas gavetas do Legislativo Municipal. Sem falar nos prefeitos que vieram depois: Jackson mais duas vezes, Tadeu Palácio, João Castelo e Edivaldo Júnior (1º mandato).

Com a interveniência do Ministério Público e a palavra empenhada do atual presidente Astro de Ogum, a Câmara de Vereadores vai desinfetar os calhamaços das contas municipais e, finalmente, pô-las em pauta de votação. Acontece que Jackson e João Castelo nem poderão mais responder por eventuais irregularidades. Já morreram. Vale destacar que algumas dessas contas dormitam, também, em gavetas do Tribunal de Contas do Estado, um órgão de controle, que vive a incomodar prefeitos do interior, fazendo cumprir a Lei Orgânica de cada um dos municípios.

Quer dizer, a atuação do TCE sobre as administrações municipais da capital é no mínimo relativizada, comparando-se com as do interior. Mas nem tudo está perdido. O presidente da Câmara, Astro de Ogum, que não é homem de capinar sentado, topou o acordo com o MP e a Justiça para desengavetar a papelada e colocá-la em apreciação. Algumas, porém, dependem do TCE, órgão de natureza técnica, auxiliar do Legislativo. Assim, Astro despachou apara o “Além” uma possível ação civil pública por improbidade.

Exposição em cartaz no Fórum de São Luís homenageia as mulheres

Fica em cartaz até o dia 24 deste mês, na galeria de arte do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), a exposição "Impressões de Mulher", reunindo telas dos artistas plásticos Pascal Bodin, Milton Lozano e Beto Lima. A exposição foi inaugurada no Dia Internacional da Mulher (08 de março), como parte das comemorações promovidas pela instituição.

Os três artistas projetaram nas telas a forma particular de ver a mulher. Ao todo são 15 quadros, alguns em preto e branco, em várias técnicas, entre elas óleo sobre tela. A exposição está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, na Galeria Celso Antônio de Menezes, instalada no hall do Fórum. O espaço responsável pela promoção das ações culturais que contemplam as artes em geral (teatro, música, artes plásticas, fotografia).

Pascal Bodin trouxe para essa exposição seis obras, na técnica óleo sobre tela. Nascido, no final dos anos 50, na cidade de Tours (França), depois de várias viagens turísticas ao Brasil o artista escolheu, em 2007, morar na capital maranhense, onde vive até hoje. Estudou na Escola Superior de Design Gráfico e Digital "Ecole Brassar" (França), exercendo a profissão por 25 anos como diretor artístico e ilustrador em agências parisienses. Em 2008, já no Maranhão, decidiu se lançar definitivamente na pintura.





Com a implantação da Secretaria Digital, estamos desvinculando os processos físicos, que ficarão a cargo da Comissão Sentenciante até o arquivamento”, informou a Corregedora de Justiça, Anildes Cruz.

Desembargador Cleones Cunha recebe Título de Cidadão Ludovicense

Divulgação



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu o Título de Cidadão Ludovicense nesta terça-feira (14), em Sessão Solene, realizada no Plenário Simão Estácio de Sá, na Câmara de Vereadores de São Luís.

A sessão foi presidida pelo vereador Astro de Ogum, que anunciou a aprovação unânime do Decreto Legislativo nº 001/2017, proposto pelo vereador Osmar Filho, 1º vice-presidente da Câmara Municipal, concedendo o título ao magistrado maranhense que é natural do município de Tuntum.

Para Astro de Ogum, esse título é mais do que merecido pelo que o desembargador fez e faz pela Justiça do Maranhão, especialmente em São Luís. Cleones Cunha, emocionado em seu discurso, disse que jamais esquecerá do momento em que recebeu a condecoração. Em sua fala, ele relembrou a trajetória de toda a sua vida em São Luís, onde chegou aos 14 anos para estudar. O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), prefeito de Tuntum, Cleomar Tema, presente na solenidade, disse que – como irmão do homenageado, sentiu-se orgulhoso de assistir à homenagem

Sobrou pros outros

Apesar de ter absolvido Roseana, o juiz Clésio Cunha ratificou, na decisão, que mantém a aceitação da denúncia contra os outros 15 acusados neste caso. Catorze terão de comparecer, no próximo dia 30, a uma audiência de instrução e julgamento no Fórum do Calhau, em São Luís. São eles: Antônio Barbosa de Alencar, Antônio Gualberto Barbosa Belo, Antônio José de Oliveira Neto, Fernando Neves da Costa e Silva, Gardênia Baluz Couto, Jefferson Nepomuceno da Silva, José Marcio Soares Leite, José Orlando Soares Leite Filho, Mirella Palácio de Alencar, Osvaldino Martins de Pinho, Osório Guterres de Abreu, Ricardo Jorge Murad, Rosane Campos da Silva Melo e Sérgio Sena de Carvalho.

Processo desmembrado

Clésio Cunha ainda desmembrou o processo porque uma das rés (Delci Aparecida Toledo Missiagia Nepomuceno da Silva, sócia de Jefferson Nepomuceno da Silva na empresa JNS Canaã Construção e Paisagismo Ltda), vive em São Paulo, e desde maio de 2016, segundo o magistrado, ainda não foi ouvida. (COM O INFORMANTE)

Ao absolver Roseana Sarney, juiz critica “moda” de acusar chefes do Executivo

A ideia de que o chefe do Executivo, pela posição que ocupa, sempre responde pelos atos praticados por seus inferiores hierárquicos é incorreta e tenta emplacar indesejada responsabilização penal objetiva. Esse foi o entendimento do juiz Clésio Coêlho Cunha ao absolver sumariamente a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB) de acusação por fraude em contrato do setor de saúde, em 2009.

A decisão foi proferida na segunda-feira (13/3), antes mesmo da análise do mérito. Outros acusados ainda respondem ao processo. Roseana foi acusada de ter beneficiado empresas em obras de unidades hospitalares em vários municípios, em troca de R\$ 1,9 milhão de doação eleitoral para a sua campanha em 2010.

O juiz, porém, considera a denúncia “imprecisa e genérica”, pois os contratos questionados foram assinados logo depois que Roseana voltou de licença — ela passou por cirurgia em São Paulo e ficou meses afastada, com risco de morrer, segundo a defesa.

Cunha entende que o então secretário de Saúde, Ricardo Jorge Murad, era o real ordenador de despesas da pasta. Ele afirma que o Ministério Público estadual “não descreveu como se daria a ligação da então governadora com os demais réus, relativamente aos crimes praticados no âmbito da concorrência pública”. Todos os demais acusados são servidores da secretaria ou representam empresas beneficiárias.

Para ele, virou “moda no Direito Penal brasileiro” argumentar que o responsável pelo Poder Executivo comanda organização criminosa “pelo fato isolado de ser o chefe da administração pública”. “Sendo

o órgão uma divisão das pessoas que compõem a administração pública direta ou indireta, a atuação dos servidores públicos é atribuída diretamente à pessoa jurídica para a qual trabalha. E não, nunca, ao superior hierárquico pessoa física”, afirmou, ao rejeitar a possibilidade de responsabilidade penal objetiva.

“A denúncia em geral é uma grave proposta de desonra contra o cidadão inocente, (...) uma infâmia necessária para casos em que a ocorrência do mundo dos fatos é certa, para os casos em que a conduta existiu. Desse modo, para a viabilidade de uma ação penal, com o seu recebimento, tornam-se absolutamente necessários, as condições previstas no art. 41 do Código de Processo Penal”, escreveu o juiz.

O advogado de Roseana, Luís Henrique Machado, considera a decisão “rara”. Nos autos, ele afirmou que a cliente não participava das licitações na saúde e acusou o MP de tentar induzir, sem provas, “que eventual irregularidade no procedimento licitatório combinada com doação eleitoral acarretaria em automática e objetiva responsabilização de desvio de verba pública, o que caracterizaria patente teratologia jurídica”.

O juiz ainda desmembrou o processo porque uma das rés vive em São Paulo e, desde maio de 2016, ainda não foi ouvida. “Sabemos que o processo penal em si, por ele mesmo, já é uma infâmia necessária para a regular apuração e sentenciamento de pessoas acusados do cometimento de crimes. No entanto, a lerdeza processual não é necessária”, afirmou. Aos demais acusados, foi agendada audiência de instrução e julgamento no dia 30 de março. (FELIPE LUCHETE - CONSULTOR JURÍDICO)

Informe JP

Nota de Roseana: 'Consciência tranquila'

Em nota, a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) comentou, na noite de segunda (13), sua absolvição, pelo juiz Clésio Coelho Cunha, da 7ª Vara Criminal, da acusação de fraudar licitações e superfaturar obras de 64 hospitais de baixa complexidade para financiar a campanha eleitoral de 2010. Os desvios teriam sido de quase R\$ 2 milhões.

“Essa decisão, embora ocorra depois de uma longa e exaustiva batalha minha, enquanto fui por todo esse tempo pré-julgada e, por muitas vezes, agredida, só renova as minhas forças, a fé na verdade e na Justiça, principalmente a de Deus. Eu reafirmo, como faço em todos os momentos, que a minha consciência está tranquila, pois sempre agi de forma correta e nunca fiz nada que pudesse desabonar a minha conduta como governadora do meu estado”, afirmou Roseana.

A denúncia do MP, feita pelo promotor Lindonjonson Gonçalves de Sousa, da 28ª Promotoria de Justiça Especializada, foi recebida em 4 de fevereiro de 2016, pela Justiça, e aceita em 2 de maio do mesmo ano pelo juiz Fernando Luiz Mendes Cruz (7ª Vara Criminal).
